

PROCESSOS DE PRIVATIZAÇÃO DO ENSINO MÉDIO NA REALIDADE MINEIRA E POTIGUAR

Leonice Matilde Richter
Universidade Federal de Uberlândia – Brasil
mrleonice@gmail.com

Luciane Terra Garcia
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
E-mail: luciane.terra@ufrn.br

Maria Vieira Silva
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
E-mail: mvieiraufu@gmail.com

A sociedade contemporânea tem presenciado a intensificação de movimentos paralelos de ascensão e fortalecimento de políticas neoliberais substantivadas nas agendas governamentais, de forma orquestrada à reforma do Estado, à reestruturação produtiva e à expressiva expansão de formatos e modalidades de privatização. O presente trabalho, em desenvolvimento, tem como propósito desenvolver análises concernentes aos princípios políticos e diretrizes operacionais de programas privatistas voltados para o Ensino Médio brasileiro nos estados de Minas Gerais e Rio Grande do Norte. A partir de dados coletados em fontes bibliográficas, indicadores educacionais, documentos e legislações, problematizaremos dimensões da instalação da lógica mercantil nos supracitados contextos e suas incidências na gestão, no currículo e no desempenho discente.

A pesquisa, em curso, se pauta em dois ângulos de análise: em nível macrossocial desenvolvemos análises atinentes às mutações do papel do Estado, no contexto da Nova Gestão Pública e de influências globais. Em nível microssocial, os estudos concernem à implementação de programas de institutos privados para o Ensino Médio, em Minas Gerais e Rio Grande do Norte, a partir da perspectiva dos estudos históricos comparados. A referida metodologia permite-nos apreender singularidades, similaridades e regularidades, a partir dos processos históricos amplos, sem uniformizar padrões e nem forçar a existência das mesmas variáveis utilizadas para a abordagem dos dois contextos.

Desde a reforma gerencial do Estado brasileiro, na década de 1990, os demais entes subnacionais também têm implementado reformas na administração pública sob a mesma orientação. As reformas efetuadas no aparelho educacional, do estado de Minas Gerais, segundo Silva (2018); Silva, Lélis e Pereira (2021), têm sido são marcadas pela participação expressiva da esfera privada na oferta de serviços, desenvolvendo projetos e programas onde, anteriormente, a instância pública atuava com exclusividade. A atividade privada vem se concretizando por meio de diferentes agendas governamentais, de distintas configurações políticas, desenvolvendo ações relacionadas a premiações, cursos rápidos, concursos, entre outras. O mercado educacional, portanto, tem crescido em abrangência e capilaridade, particularmente, no campo do currículo e da gestão, sob a alegação de impulsionar melhorias na qualidade educacional.

No que se refere ao Rio Grande do Norte, a assinatura do acordo de empréstimo com o Banco Mundial, em 2013, possibilitou a implementação do Programa Governo Cidadão, com amplo conjunto de ações, em diferentes áreas, entre as quais a educacional (RIO GRANDE DO NORTE, 2013). Isso impulsionou diversas parcerias da Secretaria Estadual de Educação e Cultura (Seec) com fundações e institutos privados, com objetivo de modernizar a educação potiguar. Conforme Diniz e Garcia (2018), os recursos captados por meio do referido programa financiou diversas ações, que movimentaram lucrativo mercado de assessorias que “constroem valores, desenham ações elógicas caras à manutenção do capital e que escoam recursos que poderiam ser investidos nos serviços públicos”. Como parte da reforma gerencial da educação implementada com custeio do Banco, no Rio Grande do Norte, foi implementado, em 2016, um sistema de avaliação educacional em larga escala. Esses sistemas têm se constituído em base estratégica para sedimentar a implementação de programas que catalisam a dinâmica privatista, estruturados por instâncias não governamentais. No Estado de Minas Gerais, intenso processo de privatização tem sido fomentado por meio do Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (SIMAVE), implementado desde 2000, com o apoio do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (Caed), ligado à Universidade Federal de Juiz de Fora, que, atualmente, também implementa o Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação Institucional do Rio Grande do Norte (Simais).

Em grande medida, sistemas subnacionais de avaliação têm colaborado na formulação e monitoramento de políticas, que, sob a alegação de contribuir para a melhoria da qualidade educacional no país, intensifica a privatização educacional. Com efeito, a capilaridade de processos privatistas na máquina pública potiguar e mineira, por meio de ações de fundações e

institutos empresariais voltadas para formulação e implementação de programas educacionais, com objetivos, supervisão de resultados e políticas de *accountability* são expressões da prevalência de princípios mercantis e do amortecimento do *ethos* público da escola pública.

Olhares longitudinais sobre as dimensões das empresas, como organização sociopolíticas, e dos processos objetivos de implementação de programas educacionais, no âmbito da escola pública, nos permitem afirmar que as ações da esfera privada estão eivadas de ideologias e valores empresariais como a eficácia e a eficiência da “Nova Gestão Pública”, que alteram a natureza da instância pública.

Os estudos, em desenvolvimento, indicam permanências das conhecidas desigualdades sociais, as quais se reverberam também na oferta educacional, sobretudo em estados da federação marcados por assimetrias regionais. Ao contrário do que se alega para justificar os processos de privatização, dados parciais colhidos no Censo Escolar não indicam melhorias no desempenho discente, tampouco na oferta de insumos concernentes à infraestrutura física das escolas, evidenciando expressões de precariedade nas condições da oferta educacional. Sínteses iniciais nos permitem assegurar que as ações privatistas na máquina estatal também não resultaram em benefícios para a carreira, salários ou gratificações para os profissionais da educação. Por outro lado, há evidências de intensificação do trabalho dos profissionais da educação que atuam na implementação dos Programas, devido ao volume de atividades requeridas, à agudização das avaliações externas e à cobrança por boas performances dos docentes. Os paradoxos e superficialidade das ações empresariais para a melhoria da oferta educacional e das condições de trabalho docente são emblemas do cariz ideológico da responsabilidade social e da prevalência de políticas e práticas educacionais mercantis.

Referências:

BALL, S.; YODELL, D. Privatización en cubierta em la educación pública. Instituto de Educación, Universidad de Londres. 2007. Disponível em: https://observatorioeducacion.org/sites/default/files/ball_s._y_youdeell_d._2008_la_privatizacion_encubierta_en_la_educacion_publica.pdf. Acesso em: 05 jan. 2024.

DINIZ, F. D. B.; GARCIA, L. T. S.. Reforma educacional no Rio Grande do Norte (2014-2018): articulações com a avaliação. In: X Encontro Estadual da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE/RN), 2018, Natal. ANAIS - ANPAE/RN 2018. Natal: Anpae/RN, 2018. v. 1. p. 95-100. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/433679232/ANAIS-ANPAE-RN-2018-Versa-o-19-02-19>. Acesso em: 18 fev. 2024.

MINAS GERAIS. Secretaria do Estado de Fazenda de Minas Gerais. Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI 2019-2030. Belo Horizonte, 2019.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE-MG). Projeto Somar. 2021a. Disponível em: <https://www2.educacao.mg.gov.br/mapa-do-site/cidadao/projetosomar>. Acesso em: 5 jan. 2024.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. Ata da 5ª reunião extraordinária da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia na 4ª sessão legislativa ordinária da 19ª legislatura, em 16/3/2022. Diário do Legislativo, Belo Horizonte, p. 7-9, 23 mar. 2022.

MINAS GERAIS. Edital SEE Nº 01/2022, de 12 de janeiro de 2022. Processo de Seleção Diretores de Escola e Vice-Diretores de Escola - Gestão Compartilhada Projeto Somar. Diário do Executivo, Belo Horizonte, 13 jan. 2022.

RIO GRANDE DO NORTE. Nº Contrato RN Sustentável 82/2016. Celebra contrato entre a Secretaria de Estado de Planejamento e Finanças e a Avalia Qualidade Educacional Ltda. Natal, RN, 25 out. 2016

RIO GRANDE DO NORTE. Contrato nº 75/2017. Contrato de prestação de serviços, que entre si celebram o Estado do Rio Grande do Norte, por meio da Secretaria de Estado da Educação e da Cultura, e a Universidade Federal de Juiz de Fora. Natal, RN, 18 dez. 2017.

SILVA, M. V.; SANTOS, P. Edirlene ; LELIS, U. A. . As relações entre as instâncias pública e privada na oferta, gestão e currículo da Educação Básica em Minas Gerais - 2005 a 2018. In: Selma Venco Regiane Helena Bertagna Teise Garcia. (Org.). Currículo, gestão e oferta da Educação Básica Brasileira: a incidência de atores privados nos sistemas estaduais das regiões nordeste e sudeste (2005-2018). 1ªed.São Carlos: Pedro & João Editora, 2021, v. 2, p. 301-327